



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Aquisição baterias e terminal de bateria para Grupo Gerador, para atender as necessidades da Câmara Municipal.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Da necessidade da contratação:

A Câmara Municipal de Pará de Minas necessita adquirir duas baterias e dois terminais de bateria para o grupo gerador, visando assegurar o pleno funcionamento do equipamento responsável por fornecer energia elétrica em situações de emergência.

O grupo gerador apresentou falha no acionamento automático no dia 9 de janeiro de 2025, após uma forte chuva que ocasionou a queda da rede elétrica por volta das 17h30. O gerador não foi acionado, deixando a Câmara sem energia até que a concessionária restabelecesse o fornecimento. Além disso, verificou-se que o gerador, que realiza testes semanais todas as quintas-feiras, não estava operando conforme programado.

Diante disso, foi solicitada uma visita técnica para identificação do problema. De acordo com o relatório emitido pela empresa responsável pela manutenção do grupo gerador, D.I. Comércio de Peças e Serviços para Geradores LTDA (CNPJ: 26.295.145/0001-50), no dia 4 de fevereiro de 2025, será necessária a compra de duas baterias para substituição. O técnico constatou que as baterias não estavam recebendo carga, indicando a necessidade de troca. Ele também informou que, devido ao tempo de fabricação do grupo gerador (2020) e aos anos de uso, a vida útil das baterias já não comportava a demanda necessária. Segundo a orientação técnica, essas baterias devem ser substituídas a cada 2 a 3 anos para evitar falhas como essa.

A substituição imediata desses componentes é imprescindível para garantir a funcionalidade do grupo gerador, assegurando que ele esteja em condições de atender às demandas da Câmara Municipal em casos de interrupção do fornecimento de energia elétrica. Essa medida evita paralisações nas atividades legislativas e administrativas, além de proteger contra eventuais prejuízos causados pela indisponibilidade do equipamento em momentos críticos.

Destaca-se que, após a aquisição das peças, o reparo será realizado pela empresa D.I. Comércio de Peças e Serviços para Geradores LTDA, contratada por meio do Processo nº 27/2022, responsável pela prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador a diesel, conforme contrato vigente.

Portanto, a aquisição desses itens é indispensável para manter a eficiência, a segurança e a continuidade das operações da Câmara Municipal de Pará de Minas. Ressaltamos que a liberação da compra deve ser tratada com caráter de urgência, pois o gerador encontra-se inoperante e, caso ocorra uma nova falha na rede elétrica, a Câmara ficará sem energia. Além disso, por questões de segurança, considerando que o prédio possui elevadores, é essencial evitar possíveis travamentos durante quedas de energia.

2.2. Da dispensa de licitação:

A contratação será efetuada por dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021:



Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

O limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, atualizado pelo Decreto Federal nº 12.343 de 30/12/2024, a licitação será dispensável quando a aquisição envolva o emprego de recursos inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Conforme Análise Prévia do presente processo de compra, às fls. 15/16, apurou-se que o somatório a ser despendido no presente exercício financeiro está dentro dos limites estabelecidos para a dispensa de licitação, considerando-se objetos de mesma natureza, conforme o §1º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e art. 6º da Instrução Normativa nº 001/2019 da Câmara Municipal de Pará de Minas, bem como por analogia utilizou-se a Catalogação de Material do Governo Federal.

2.3. Da prescindibilidade dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP):

Para a presente contratação utiliza-se **Instrução Normativa federal SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022**, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.

A utilização da regulamentação federal tem por base o art. 187 da Lei nº 14.133/2021, regulamentada no âmbito da Câmara Municipal de Pará de Minas pelo Ato da Mesa Diretoria nº 01/2024.

Nestes termos, conforme preceitua o art. 14, inciso II, da IN SEGES nº 58/2022, a elaboração do ETP é **facultada** na hipótese do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

A não elaboração do ETP justifica-se ante à baixa complexidade do objeto, simplicidade de obrigações e o pequeno valor envolvido, sendo que a Administração já possui conhecimento prévio das opções disponíveis no mercado, não sendo essencial a elaboração do referido documento, de forma que todas as especificações e informações necessárias e suficientes para descrever a solução almejada encontram-se no presente Termo de Referência. Por fim, ressalta-se também que o custo e o tempo necessário para se elaborar o ETP, no presente caso, superam os benefícios dele esperados, podendo-se justificar-se pela ausência de praticidade e economia.

2.4. Da elaboração do Plano Contratação Anual (PCA)

Esta contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações (PCA), em conformidade com as diretrizes estabelecidas para o planejamento das aquisições da Câmara Municipal de Pará de Minas. O PCA tem como objetivo organizar e otimizar o processo de contratações, assegurando a transparência, a eficiência e o alinhamento com as necessidades da administração pública.

A inclusão desta demanda no PCA demonstra o compromisso com o planejamento estratégico da Câmara, visando garantir a continuidade dos serviços essenciais e o atendimento de demandas emergenciais, como é o caso da manutenção do grupo gerador. Além disso, o PCA possibilita uma melhor gestão orçamentária e o cumprimento das metas institucionais, promovendo maior previsibilidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.



2.5. Da Ausência de Elaboração de Mapa de Riscos:

Considerando a natureza da presente contratação, que tem como objeto a aquisição de duas baterias e dois terminais de bateria para o grupo gerador, justifica-se a ausência de elaboração do Mapa de Riscos, nos termos da legislação vigente.

A dispensa do Mapa de Riscos se fundamenta na baixa complexidade da aquisição, na simplicidade das especificações técnicas dos itens e no valor reduzido do contrato. Trata-se de bens padronizados e amplamente disponíveis no mercado, sem características que demandem análises de riscos complexas para sua aquisição ou uso.

Além disso, a Câmara Municipal de Pará de Minas já possui experiência consolidada na aquisição e na gestão de materiais semelhantes, o que contribui para a mitigação de eventuais riscos operacionais. Ressalta-se que o processo de contratação adota mecanismos de controle e fiscalização adequados, garantindo a segurança e a eficiência na execução do contrato.

Portanto, considerando o contexto e as especificidades desta contratação, a não elaboração do Mapa de Riscos é medida adequada, sem prejuízo à transparência, à integridade e à eficiência do processo.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

| Itens | | | |
|-------|------|-------|--|
| Item | Qtd. | Unid. | Especificação |
| 1 | 2 | Un. | Bateria 6-QW-80 (550) 12v De 80 Ah a 100 Ah |
| 2 | 2 | Un. | TERMINAL DE BATERIA |

Descrição da solução:

3.1. A aquisição de duas baterias e dois terminais de bateria para o grupo gerador é a solução técnica e eficiente para garantir o pleno funcionamento do equipamento, essencial para o fornecimento de energia elétrica em situações de emergência na Câmara Municipal de Pará de Minas. A substituição das baterias, que não estão mais recebendo carga devido ao esgotamento de sua vida útil, e dos terminais de bateria danificados, que apresentam sinais de corrosão, é indispensável para assegurar a confiabilidade e a segurança operacional do grupo gerador.

Essa medida atende às necessidades imediatas da Câmara, prevenindo interrupções nas atividades legislativas e administrativas causadas por falhas no equipamento. Além disso, contribui para a redução de custos futuros com reparos emergenciais e evita prejuízos decorrentes da indisponibilidade do gerador em momentos críticos, garantindo a continuidade dos serviços essenciais prestados pela instituição.

Da Possibilidade de Prorrogação:

3.2. É importante ressaltar que esta contratação não possui caráter de fornecimento contínuo. Trata-se de uma aquisição pontual, destinada a atender a uma necessidade específica da Câmara Municipal. Assim, a natureza da contratação não configura continuidade, tornando desnecessária



qualquer prorrogação contratual. Uma vez entregue o objeto e cumpridas todas as obrigações contratuais, o contrato será considerado integralmente concluído, atendendo de forma eficaz às demandas imediatas da instituição.

Justificativa pela não utilização do catálogo eletrônico de padronização:

3.3. Até o presente momento, a Câmara Municipal não possui catálogo próprio, assim sendo, conforme autoriza o art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adota-se o catálogo do Poder Executivo Federal. A Portaria SEGES/ME nº 938/2022 instituiu, no âmbito do Poder Executivo Federal, o catálogo eletrônico de padronização, o qual recomenda-se consultar para verificar se a contratação almejada está contemplada em seus termos. Em existindo padronização aprovada, ela deve ser considerada e eventual não-uso justificado, nos termos do §2º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021. Em consulta ao link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo federal, não foi encontrado o objeto desta contratação. Verifica-se que, até o momento, apenas foi disponibilizado para consulta os bens água mineral natural sem gás, café e açúcar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO:

4.1. O fornecimento será efetuado em **uma única parcela**, com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

4.1.1. Caso não seja possível a entrega no prazo acima estipulado, a empresa contratada deverá, dentro deste prazo, comunicar formalmente as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior, devidamente comprovados.

4.2. O local de entrega dos produtos será a Câmara Municipal de Pará de Minas, situada na Avenida Presidente Vargas, 1935, Senador Valadares, Pará de Minas/MG, CEP: 35.661-000. A entrega será única e deverá ser realizada, em horário previamente agendado.

4.3. Os preços ajustados deverão contemplar todas as despesas incidentes no fornecimento do produto, tais como serviços de frete, tributos, impostos, encargos trabalhistas, seguros, despesas com funcionários, custos de transporte e quaisquer outros custos envolvidos na entrega.

4.4. O item 02, terminal de bateria, trata-se de peça universal, popularmente conhecida como Sapão com Parafuso, conforme especificado e ilustrado na foto do Anexo II. Ressalta-se que o terminal de bateria deverá ser novo, sem sinais de uso anterior, garantindo a integridade e a eficiência na instalação e no funcionamento do grupo gerador.

4.5. O item 01, bateria, deverá ser **nova**, sem qualquer uso prévio, e possuir garantia mínima de **12 a 15 meses**, conforme as condições estabelecidas por cada fabricante. Caso seja constatado defeito neste item durante o período de garantia, a Contratada se obriga a substituí-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir de sua notificação, sem ônus adicional para a Contratante.

4.6. Quanto ao terminal da bateria, por se tratar de uma peça de uso comum, este deverá ser entregue em perfeito estado, sem defeitos que comprometam a instalação ou a fixação adequada no polo da bateria.



4.6.1. O descumprimento dessas obrigações poderá resultar na convocação da segunda proposta mais vantajosa, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei.

4.6.2. Em caso de materiais cuja garantia do fabricante seja de prazo superior à garantia exigida pelo item anterior, valerá, para todos os efeitos, a garantia do fabricante.

4.6.3. O prazo garantia começará a viger a partir do Recebimento Definitivo, procedimento esse anterior ao pagamento pela Contratante.

4.7. A Câmara não receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

4.8. O produto deverá estar em perfeita condição, sem sinais de adulteração, violação ou danos à embalagem, garantindo a integridade e a qualidade do objeto entregue.

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre Câmara e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá como responsáveis:

5.3.1. GESTOR DO CONTRATO: José Carlos Moreira Júnior - Chefe da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, conforme art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023.

5.3.2. FISCAL DO CONTRATO: Gabriela da Silva Ferreira, Chefe da Divisão de Infraestrutura, conforme Portaria nº 13/2025.

5.4. Compete ao Gestor do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, a administração do contrato e, nos termos do art. 8º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I.** orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- II.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do



- IV. pagamento da despesa, caso necessário, em relatório de riscos eventuais;
- V. coordenar a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais;
- VI. comunicar ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- VII. coordenar os atos preparatórios relativos à instrução processual e proceder à formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- VIII. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão designada especialmente para esse fim.

5.5. Compete ao Fiscal do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, exercer a verificação concreta do objeto e, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- II. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- IV. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- V. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- VI. fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;
- VII. realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato, nos termos das disposições editalícias e/ou contratuais;
- VIII. manifestar, quando for o caso, a intenção de renovação ou prorrogação contratual, após a comunicação do gestor sobre o término de contrato sob sua responsabilidade.



5.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Do Recebimento do Objeto:

6.1. O objeto será recebido provisoriamente, pelo fiscal da contratação, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.2. O objeto será recebido **definitivamente**, pelo fiscal do contrato, no prazo de até **05 (cinco) dias**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após comprovação do atendimento das exigências contratuais.

6.2.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser *excepcionalmente* prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.2.2. Na hipótese de o recebimento definitivo não ser procedido dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se no dia do esgotamento do prazo.

6.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e do contrato, devendo ser refeito pela contratada, às suas custas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

6.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação e do Pagamento

6.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, ou por meio de boleto bancário emitido pela contratada, no prazo de até cinco dias úteis, podendo tal prazo ser prorrogado.



6.8. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com a descrição clara do objeto do contrato, data da emissão, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis e demais informações necessárias.

6.9. Havendo erro/inconsistência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, não respondendo a Câmara por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

6.10. A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida durante a vigência do contrato.

6.10.1. Constatada situação de irregularidade fiscal e trabalhista da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já efetuado, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

6.10.2. O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

6.11. O pagamento será efetuado de acordo com a Autorização de Fornecimento, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária indicada pela Contratada.

6.12. Sobre o valor devido ao contratado, a Câmara efetuará as retenções tributárias cabíveis, caso não tenha sido realizado pela Contratada.

6.12.1. Em observância ao Decreto Municipal nº 13.047/2023, a contratante procederá à retenção do Imposto de Renda ao efetuar o pagamento referente a qualquer bem ou serviço contratado, conforme disposto na Lei Federal nº 9.430/1996, combinada com o teor da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, de acordo com as alíquotas estabelecidas nestes normativos.

6.12.1.1. O valor bruto da contratação e os valores de Imposto de Renda a serem retidos na operação deverão ser informados nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança que contenham códigos de barras, sob pena de devolução do documento para correção.

6.12.1.2. O pagamento será efetuado pela contratante pelo valor deduzido da respectiva retenção.

6.12.2. Caso a contratada esteja enquadrada dentre as hipóteses em que não haverá retenção, previstas no art. 4º da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.



6.13. No caso de eventual atraso de pagamento pela Contratante, e mediante pedido da Contratada, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

6.14. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **menor preço por item**.

7.2. A contratada deverá comprovar o preenchimento dos seguintes **requisitos mínimos de habilitação e qualificação**:

7.2.1. Habilitação Jurídica: comprovação de existência jurídica da empresa, podendo ser:

I. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial;

III. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado do documento comprobatório de seus administradores;

IV. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista: mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II. Documento de identificação e CPF, em se tratando de pessoa física;

III. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



IV. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do contratado, ou outra equivalente, na forma da lei;

V. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VI. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.3.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributo estadual ou municipal, relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.2.3. Qualificação econômico-financeira: mediante apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor.

7.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos do §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

8. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

8.1. Obrigações da Contratada:

8.1.1. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento do Contrato.

8.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

8.1.3. Executar os serviços conforme as especificações do Termo de Referência e da proposta apresentada, com os recursos necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.



8.1.4. Responsabilizar-se pelo descarte adequado das baterias substituídas, em conformidade com as normas legais e ambientais vigentes, incluindo as Resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), especialmente as que regulamentam o descarte de baterias.

8.1.5. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados por seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, seja por ação ou omissão, dolosa ou culposa, à Câmara Municipal ou a terceiros.

8.1.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários para a execução dos serviços, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

8.1.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias, bem como outras previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração.

8.1.8. Instruir seus empregados sobre a necessidade de acatar as orientações da Administração, incluindo o cumprimento das Normas Internas, quando aplicável.

8.1.9. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada durante a prestação dos serviços.

8.1.10. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de dezoito anos e de qualquer trabalho por menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

8.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.1.12. Não transferir a terceiros, de qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

8.1.13. Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que houver alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, tomar decisões sobre questões relativas ao contrato e atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato da Câmara, principalmente em situações de urgência, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz.

8.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementar os valores, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação/contratação.

8.1.15. Disponibilizar atendimento telefônico e/ou e-mail para efetuar as chamadas quando solicitado, garantindo a execução dos serviços contratados nos dias úteis, sábados, domingos e feriados, inclusive após o fim do expediente laboral.



8.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

8.2. Obrigações da Contratante:

8.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações contidas neste Termo e no Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.2.2. Notificar a Contratada por escrito sobre a ocorrência de eventuais imperfeições durante a execução dos serviços, fixando prazo para a correção.

8.2.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada em relação ao objeto do Contrato.

8.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, sem que isso cesse ou diminua a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por danos a terceiros ou irregularidades constatadas.

8.2.6. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme estipulado no contrato.

8.2.7. Decidir sobre questões que surgirem durante a execução do contrato, se não abordadas no Termo de Referência.

8.2.8. Verificar a regularidade fiscal e proceder às consultas e emissões de certidões conforme o §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 antes da formalização do contrato ou prorrogação de sua vigência.

8.2.9. Proporcionar acesso e movimentação do pessoal contratado às suas instalações.

8.2.10. Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

8.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

9. SANÇÕES APLICÁVEIS:

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a)** **advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** **impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c)** **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d)** **multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **45 (quarenta e cinco) dias**;
- e)** **multa rescisória de 20% (vinte por cento)** sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução parcial do contrato;
- f)** **multa rescisória de 30% (trinta por cento)** sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total do contrato;

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do art. 393 do Código Civil.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1. Da pesquisa de preços no mercado:

10.1.1. Para a realização de pesquisa de preços será utilizada, naquilo que couber, a Instrução Normativa Federal SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, conforme permissivo constante do Ato da Mesa Diretoria nº 01/2024.

10.1.2. Para a presente contratação, a estimativa de preços será realizada *concomitantemente* à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores, conforme §§4º e 5º do art. 7º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

10.1.3. Em cumprimento ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea i da Lei 14.133/2021, o custo total estimado da contratação, acompanhado dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos constam do Documento de Formalização da Pesquisa de Preço, anexo III deste Termo de Referência.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

11.1. O prazo de vigência do contrato será de **60 (sessenta) dias**, a contar da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.009.01.031.0003.4033 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TODO O CORPO LEGISLATIVO

Elemento / Ficha

33.90.30.00.61 – Material de Consumo



Subelemento:

3.3.90.30.26 – Material Elétrico e Eletrônico

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Pará de Minas, 10 de fevereiro de 2025.

**Gabriela da Silva Ferreira
Chefe da Divisão de Infraestrutura**



ANEXO I- ESPECIFICAÇÃO GERAL E FOTOS DO GRUPO GERADOR



Kayama do Brasil

K250000PSP3E

Gerador Trifásico à Diesel



Potência
60 HZ



FABRICADO NO
BRASIL

São considerados como valores uma altitude de 1.000 metros e uma temperatura ambiente de 40 °C.

| Tipo | B x E x A (mm) | Peso (kg) | Tanque de Combustível Padrão (lt) | Ruído dB(A) | NCM |
|--------------|--------------------|-----------|-----------------------------------|-------------|-----|
| Plataforma | 2400 X 860 X 1380 | 1450 | | 116 | |
| Cabulado | 3100 X 1160 X 1700 | 2300 | 260 | 86 | |
| Insonorizado | 3100 X 1160 X 1700 | 2400 | | 76 | |
| Carroceria | 4200 X 1800 X 2600 | 3400 | | 86 | |

São considerados níveis de ruído a 1 metro. Containers em aço galvanizado.

Potência Standby (PS)

A Potência Standby é definida como a potência disponível durante uma seqüência variável de potência elétrica, indicando a condição de funcionamento, para que o grupo gerador seja capaz de suprir em caso de uma falha elétrica ou sob condições de teste por até 800 horas de funcionamento por ano, em média de 70% de carga. Não é admissível sobrecarga.

Potência Prime (PP)

A Potência Prime é definida como sendo a potência máxima que um grupo gerador é capaz de fornecer continuamente, durante uma carga elétrica variável. A média de carga deve ser de 70%. O Gerador pode ser sobrecarregado de 10% para 1 hora por 12 horas por até 300 horas de funcionamento por ano.



MOTORIZAÇÃO

| | | | |
|--|---------------------|-------------------|--------|
| | Fabricante | KAYAMA | |
| | Modelo | KR8110BZLDG | |
| Procedência | Fabricado no Brasil | | |
| Combustível | DIESEL | | |
| Nº do Cilindro | 6 | | |
| Cilindradas | lt | ND | |
| Diâmetro | mm | ND | |
| Taxa de Compressão | | ND | |
| Aspiração | Turbinado Mecânico | | |
| Regulador de Velocidade | (Injeção) | Eletrônico | |
| Sistema Refrigeração | | Água com Radiador | |
| Capacidade Refrigeração | lt | 40 | |
| Tipo de Lubrificante | | 15W40 – API GG4 | |
| Capacidade Lubrificante | lt | 28 | |
| Sistema Elétrico | VDC | 12 Voo | 24 Voo |
| Velocidade / Frequência | | 1800 rpm / 60 Hz | |
| Potência Bruta do Motor | kWm | 350 HP | |
| | 110% | 63,8 | |
| Consumo de combustível (litros / hora) | 100% | 49 | |
| | 75% | 36,7 | |
| | 60% | 24,6 | |

ALTERNADOR

| | | | | | | | |
|---|--------------------------------------|-----------|-----|-----|-----|-----|-----|
| | Fabricante | KAYAMA | | | | | |
| | Modelo | KA-250380 | | | | | |
| Procedência | Fabricado no Brasil | | | | | | |
| Fator de Potência | 0,8 | | | | | | |
| Tipo de Ligação | Trifásico a 4 fios | | | | | | |
| Nº de Pólos | 4 | | | | | | |
| Regulação de Tensão (Estado Estacionário) | ± % 0,6 | | | | | | |
| Classe de Isolamento | H (180°C) | | | | | | |
| Grau de Proteção | IP 23 | | | | | | |
| Sistema Excitação | Brushless (Regulador Eletrônico AVR) | | | | | | |
| Tipo de Conexão | Flange | | | | | | |
| Capacidade Harmônica Total (Sem carga) | < % 5 | | | | | | |
| Rendimento | Hz | 88 | | | | | |
| Tensão de Saída | VAC | 127 | 220 | 380 | 440 | 480 | 480 |
| Corrente de Saída | A | 868 | 380 | 328 | 314 | 301 | |
| Disjuntor/Fusível | A | 700 | 380 | 320 | 300 | 300 | |

Todas as informações deste catálogo são entendidas para aplicações gerais. Certificados de ensaio executados de acordo com a ISO 3048. Normas utilizadas na fabricação dos equipamentos: GB755, BS5625, ISO 8528, BSS5514, AS1359, BS4999/5000, VDE0530, UTE5100, NEMA, MG1-22, CEMA, IEC 34-1, CSA A22.2, NBRS410. Imagens meramente ilustrativas. Opcionais podem ser contratados.

GARANTIA PADRÃO: 12 MESES

Equipamento 100% testado e aprovado antes do embarque.



Rua Albino José, 1081
Guaxindiba – São Gonçalo – RJ
CEP: 24726-460
Telefone: +55 (21)3639-3366
vendas@kayama.com.br

WWW.KAYAMA.COM.BR







ANEXO II

